

Como se o tempo tivesse parado

Ricardo Noblat

A lei contra a “delinquência econômica”, com a qual o governo pretende punir os que não respeitarem a prefixação de preços, é o “bode” do pacote econômico que ora está sendo embrulhado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento. Foi concebida para provocar reações à direita e à esquerda. Não é de graça que exhibe, de uma ponta a outra, as tintas mais fortes de um Estado autoritário.



O governo, de fato, não se arriscará a propô-la — nem através de “medidas provisórias”, nem por meio de projeto de lei. Irá remetê-la para o arquivo em troca da compreensão dos empresários e do compromisso deles de acatar os limites que serão impostos para o reajuste de preços. A essa altura, é uma discussão acadêmica a que se trava em torno da natureza do mecanismo que disciplinará os reajustes.

Uns dizem que ele carrega a marca irrecusável do congelamento. Outros dizem o contrário — e lembram a palavra empenhada pelo governo de que nada se fará fora do âmbito do pacto social. O pacto já foi para o espaço há muito tempo — desde o momento em que a inflação registrada ficou acima da inflação pactuada. Estipular que os preços só subirão 5, 10 ou 15%, é tentar congelá-los em um desses patamares. Elementar.

Congelamento, seja de que tipo for, contraria a lei natural da oferta e da procura. Pode ferir, em um primeiro momento, o que os economistas chamam de caráter inercial da inflação. No momento seguinte, a inflação rompe a camisa-de-força que lhe meteram e torna a subir. Há que se imaginar de que forma o governo supõe que poderá manter os preços aprisionados por algum ou por muito tempo.

É mais fácil segurar os salários — e ao cabo, essa parece ser a verdadeira meta a ser alcançada pelo pacote que se elabora. O ex-secretário do Tesouro, Andrea Calabi, teme que esteja em curso o que configuraria um grande pacto para abater os salários.

Para fazer a inflação baixar à custa da perda do poder real da remuneração já aviltada ao longo dos últimos dois anos.

Nas últimas 48 horas, o presidente da República renovou para seus interlocutores mais freqüentes a disposição de fazer, sem dó nem piedade, o duro combate para controlar a inflação. “É melhor que o senhor seja deposto por tentar baixar a inflação do que ser derrubado por ela própria”, aconselhou o ex-ministro Otávio Gouveia de Bulhões. O conselho impressionou, vivamente, o presidente.

“Só gaste o dinheiro que arrecadar”, ensinou Bulhões. “Pressionado, diga que mandou o dinheiro, mas não mande.” Bulhões foi ministro de um governo que se instalou na crista de um movimento militar que violou a Constituição e que pavimentou o caminho para a ditadura escancarada do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Sarney preside um governo instalado para operar a revogação do Estado autoritário.

Nada que faça, ou que pretenda fazer, ganhará fundamento se não passar pelo crivo do Congresso. A poucos dias de mais uma radical mudança nas regras econômicas, o governo está fechado como um carmujo em relação ao que está por vir, os políticos estão alheios, o Congresso em recesso e a sociedade em expectativa. Calcula o presidente que o Congresso aprovará o que lhe for enviado.

Raciocina que os políticos não desejarão ser responsabilizados pela hiperinflação inevitável caso rejeitem o pacote de medidas que visam a abatê-la. O mesmo raciocínio embalou a confecção do Orçamento da União para este ano. Aproveitou-o o governo para propor a redução a zero do déficit público. O Congresso virou e mexeu no orçamento, restabeleceu algum tipo de déficit e devolveu-o ao governo.

Poderá fazer o mesmo com o pacote econômico e administrativo. Que Congresso, especialmente em um ano de eleição presidencial, chancelará um plano contra a inflação que atrole o poder de compra dos salários? Atua o governo como se ainda dispusesse do instrumento do decreto-lei, como se ainda vivesse o período dos pacotes econômicos e como se não vigorasse uma Constituição que fortaleceu o Congresso em detrimento dele.